

E4 Holding S/A

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores da
E4 Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da E4 Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da E4 Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

E4 Holding S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	6.a	45	150	28.559	16.758	Fornecedores	13	24	12	7.359	4.410
Contas a receber	7	-	-	20.944	10.996	Financiamentos	14	-	-	12.524	30.729
Adiantamento a fornecedores		-	-	826	4.172	Obrigações tributárias		-	3	1.129	1.562
Tributos a recuperar	8	2	-	4	4	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	99	1.045	619
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	3	-	342	256	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	5	72
Despesas pagas antecipadamente	9	-	-	4.446	1.644	Arrendamentos	11	-	-	78	26
Estoques		-	-	1.717	95	Outras contas a pagar		-	-	4.397	-
Dividendos a receber		2.626	2.626	-	-						
Total do ativo circulante		2.676	2.776	56.838	33.925	Total do passivo circulante		24	114	26.537	37.418
Contas a receber	7	-	-	5.694	7.629	Financiamentos	14	-	-	328.349	301.818
Fundos vinculados	6.b	-	-	13.379	13.150	Obrigações tributárias		-	-	78	10.693
Despesas pagas antecipadamente	9	-	-	10	28	Provisão de ressarcimento		-	-	-	56
Depósitos judiciais	25	-	-	10.050	10.050	Provisão para desmobilização	15	-	-	5.840	4.804
Total realizável a longo prazo		-	-	29.133	30.857	Arrendamentos	11	-	-	8.215	5.926
Investimentos	10	181.566	183.367	-	-	Adiantamento de clientes		-	-	20	-
Direito de uso	11	-	-	12.578	10.597	Outras contas a pagar		-	-	1.500	1.500
Imobilizado	12	-	-	456.193	472.865	Total do passivo não circulante		-	-	344.002	324.797
Intangível		-	-	15	-	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		181.566	183.367	497.919	514.319	Capital social	17	199.901	203.901	199.901	203.901
						Prejuízos acumulados		(15.683)	(17.872)	(15.683)	(17.872)
						Total do patrimônio líquido		184.218	186.029	184.218	186.029
Total do ativo		184.242	186.143	554.757	548.244	Total do passivo e patrimônio líquido		184.242	186.143	554.757	548.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

E4 Holding S/A

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita Operacional Líquida	18	-	-	74.324	71.935
Custos de operação	19	-	-	(38.244)	(35.396)
Lucro bruto		-	-	36.080	36.539
Despesas gerais e administrativas	20	(11)	(12)	(4.109)	(3.801)
Outras receitas operacionais		-	366	3.206	4.696
Outras despesas operacionais	20	-	-	-	(11.650)
Resultado com equivalência patrimonial	10	2.199	(1.897)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.188	(1.543)	35.177	25.784
Receitas financeiras	21	1	5	483	613
Despesas financeiras	21	-	(11)	(30.819)	(25.532)
Resultado financeiro		1	(6)	(30.336)	(24.919)
Resultado antes dos tributos		2.189	(1.549)	4.841	865
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	16	-	(99)	(2.652)	(2.513)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.189	(1.648)	2.189	(1.648)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

E4 Holding S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.189	(1.648)	2.189	(1.648)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>2.189</u>	<u>(1.648)</u>	<u>2.189</u>	<u>(1.648)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

E4 Holding S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Controladora e consolidado					
	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		299.660	(49.830)	(16.224)	233.606
Redução de capital	17	(95.759)	49.830	-	(45.929)
Prejuízo do exercício		-	-	(1.648)	(1.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		203.901	-	(17.872)	186.029
Redução de capital	17	(4.000)	-	-	(4.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	2.189	2.189
Saldos em 31 de dezembro de 2020		199.901	-	(15.683)	184.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

E4 Holding S/A

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos tributos	2.189	(1.549)	4.841	865
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Juros sobre financiamento	14	-	20.704	14.932
Custo de captação apropriado ao resultado	14	-	317	377
Depreciação	12	-	21.671	21.651
Baixa de imobilizado	12	-	-	17
Resultado de equivalência patrimonial	10	(2.199)	-	-
Provisões de ressarcimento	-	-	(56)	(2.435)
Ajuste a valor presente de desmobilização	15	-	1.036	-
Amortização de direitos de uso	11	-	410	181
Juros incorridos sobre arrendamento	11	-	604	606
	(10)	347	49.527	36.194
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber	7	-	(8.013)	(6.448)
Tributos a recuperar	8	(2)	-	(3)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	(3)	(86)	(136)
Estoques	-	-	(1.622)	(94)
Depósitos judiciais	25	-	-	4.223
Adiantamento a fornecedores	-	-	3.346	(2.590)
Despesas pagas antecipadamente	9	-	(2.784)	2.281
Contas a pagar a fornecedores	13	12	2.949	3.136
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(67)	(313)
Obrigações fiscais	(3)	(1)	(11.048)	11.590
Adiantamento de clientes	-	-	20	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	99	111	(13)
Outras contas a pagar	-	(372)	4.397	(3.303)
	(6)	85	36.730	44.524
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais				
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	14	-	(8.490)	(16.521)
Pagamento de IR e CS	-	(99)	(2.337)	(2.085)
	(105)	(14)	25.903	25.918
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais				
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento				
Retorno de capital em investidas	10	4.000	45.929	-
Aquisição de intangível	-	-	(15)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	12	-	(4.999)	(403)
	4.000	45.929	(5.014)	(403)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Arrendamentos	8	-	(654)	(628)
Pagamento de principal de financiamentos	14	-	(4.205)	(6.087)
Captação financiamentos	14	-	-	33.827
Custo de captação financiamentos	14	-	-	(3.580)
Redução de capital	17	(4.000)	(45.929)	(4.000)
Fundos vinculados	6.b	-	(229)	(1.366)
	(4.000)	(45.929)	(9.088)	(23.763)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento				
Aumento (redução) no caixa e equivalentes				
	(105)	(14)	11.801	1.752
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.a	150	164	16.758
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.a	45	150	28.559
	(105)	(14)	11.801	1.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A E4 Holding S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de maio de 2017, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

As controladas da Companhia possuem 4 (quatro) centrais geradoras de energia eólica situadas nos municípios de Cerro Corá, Jardim de Angicos e João Câmara no estado do Ceará, possuindo ao todo 41 (quarenta e uma) unidades geradoras que totaliza 85,40 MW de capacidade instalada. O prazo de autorização é de 18 de julho de 2014 a 02 de abril de 2050, totalizando 85,4 MW de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas possuíam as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médio)	Garantia Física (MW Médio)
EOL Pedra Rajada	Port. 109/2015	02/04/2015	35 anos	20	11,0
EOL Pedra Rajada II	Port. 110/2015	02/04/2015	35 anos	20	10,1
EOL Cabeço Vermelho	Port. 324/2014	14/07/2014	35 anos	28,6	15,2
EOL Cabeço Vermelho II	Port. 345/2014	18/07/2014	35 anos	16,8	9,0

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia com vencimento em 2043:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW Médio)	Preço atualizado (c)	Data Última Atualização (d)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Pedra Rajada	LER (a) 8/2014	11,00	R\$ 183,76	Out/19	IPCA	Outubro
EOL Pedra Rajada II	LER (a) 8/2014	10,10	R\$ 183,76	Out/19	IPCA	Outubro
EOL Cabeço Vermelho	LEN (b) 10/2013	13,60	R\$ 169,61	Jan/20	IPCA	Janeiro
EOL Cabeço Vermelho II	LEN (b) 10/2013	9,0	R\$ 174,26	Jan/20	IPCA	Janeiro

(a) Leilão de energia de reserva

(b) Lei de energia nova

(c) Valor atualizado do contrato

(d) Data de atualização do valor do contrato

1.3 Pandmia da COVID-19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia e suas controladas atuam. A seguir está elencada a principal conta acompanhada pela Companhia e suas controladas.

Receita e contas a receber

As receitas da Companhia e suas controladas estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre

participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas

revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e Arrendamentos (nota explicativa nº 11 – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente
- Imobilizado (nota explicativa nº 12) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para desmobilização (nota explicativa nº 15) – principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída dos recursos e estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 23) – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhia controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhia consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as demonstrações financeiras da E5 Holding S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas diretas:	% de Participação	
	2020	2019
Ventos de São Clemente Holding S.A.	100%	100%
Ventos de São Jorge Holding S.A.	100%	100%

4 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 23.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, limitando-se ao período de autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis serão revistas a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos

Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a. (idem em 31 de dezembro de 2019).

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(iii) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha

e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(iv) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (impairment test), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

f. *Imposto de renda e contribuição social correntes*

A Companhia calcula o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as suas Controladas com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas consolidadas optaram pelo regime

de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas (receitas financeiras, ganho na venda de ativo e etc.) que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente, em operações de mais valia na combinação de negócios.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental para 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi estabelecida em 10,72% a.a.

5 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

6 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos de caixa e bancos	45	-	6.656	155
Aplicações financeiras (a)	-	150	21.903	16.603
Total de caixa e equivalentes de caixa	45	150	28.559	16.758

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor. Remunerados a 100% da taxa (DI) em 31 dezembro de 2020 (96% em 31 de dezembro de 2019)

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Reserva de dívida BNB	13.379	13.150
Total	13.379	13.150

7 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Transações realizadas no ACR (a)	19.725	17.403
Transações realizadas no ACL (b)	733	1.222
Transações realizadas no MCP CCEE (c)	6.180	-
Total	26.638	18.625
Circulante (c)	20.944	10.996
Não circulante (d)	5.694	7.629

- a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (b) Ambiente de Contratação Livre - Venda de energia realizada através de negociações bilaterais
- (c) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação financeira positiva no mercado de curto prazo (liquidação CCEE). Os valores compreendem saldos em aberto da liquidação financeira da CCEE, decorrentes da situação temporária da Câmara, em que liminares judiciais suspenderam o pagamento do GSF pelos agentes geradores de fonte hidráulica afetando o recebimento dos demais agentes. Com a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 895 de 01 de dezembro de 2020 é esperado que todos os valores oriundos do GSF sejam pagos pelos agentes devedores ao longo de 2021, e consequentemente todo o saldo represado seja liberado também em 2021. Desta forma.
- (d) Refere-se aos excedentes quadrienais de geração de energia em formação dos contratos ACR, . O valor total está previsto para recebimento a partir de julho de 2022 caso a Companhia continue performando geração de energia excedente.

8 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outros impostos a compensar	4	4
Total	4	4
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	342	256
Total	342	256

(i) Refere-se a imposto de renda retido na fonte e pagamento indevido a maior de tributos

9 Despesas pagas antecipadamente

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Seguros a apropriar	864	288
Fianças e compromisso (*)	3.592	1.274
Manutenção antecipada	-	82
Projetos sociais	-	28
Total	4.456	1.672
Circulante	4.446	1.644
Não circulante	10	28

(*) Refere-se a fianças contratadas anualmente vinculadas a cláusulas restritivas do contrato de financiamento que suas controladas possuem com o banco BNB.

10 Investimentos

	Controladora	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Investimentos (a)	181.566	183.367
Total	181.566	183.367

a) Investimentos em controladas

Composição

2020				
Companhia	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimento
Cabeço Vermelho S.A	100%	63.252	(97)	63.252
Cabeço Vermelho II S.A	100%	33.857	2.554	33.857
Pedra Rajada S.A	100%	42.572	(1.633)	42.572
Pedra Rajada II S.A	100%	41.885	1.375	41.885
Total dos investimentos		181.566	2.199	181.566

2019				
Companhia	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimento
Cabeço Vermelho S.A	100%	63.349	5.770	63.349
Cabeço Vermelho II S.A	100%	32.303	989	32.303
Pedra Rajada S.A	100%	44.205	(3.883)	44.205
Pedra Rajada II S.A	100%	43.510	(4.772)	43.510
Total dos investimentos		183.367	(1.896)	183.367

Movimentação

Investidas	2019	Redução de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Resultado equivalência patrimonial	2020
Cabeço Vermelho S.A	63.349	-	-	(97)	63.252
Cabeço Vermelho II S.A	32.303	(1.000)	-	2.554	33.857
Pedra Rajada S.A	44.205	-	-	(1.633)	42.572
Pedra Rajada II S.A	43.510	(3.000)	-	1.375	41.885
Total líquido investido	183.367	(4.000)	-	2.199	181.566

Investidas	2018	Redução de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Resultado equivalência patrimonial	2019
Cabeço Vermelho S.A	62.880	(4.900)	(401)	5.770	63.349

Cabeço Vermelho II S.A	34.804	(3.490)	-	989	32.303
Pedra Rajada S.A	70.893	(22.805)	-	(3.883)	44.205
Pedra Rajada II S.A	<u>63.008</u>	<u>(14.726)</u>	<u>-</u>	<u>(4.772)</u>	<u>43.510</u>
Total líquido investido	<u>231.585</u>	<u>(45.921)</u>	<u>(401)</u>	<u>(1.896)</u>	<u>183.367</u>

O quadro abaixo resume as informações financeiras das controladas na Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Controladas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Cabeço Vermelho S.A	62.062	177.984	114.732	63.252	23.842	(97)
Cabeço Vermelho II S.A	33.888	106.760	72.903	33.857	16.381	2.554
Pedra Rajada S.A	44.470	142.023	99.451	42.572	17.314	(1.633)
Pedra Rajada II S.A	42.120	127.942	86.057	41.885	16.786	1.375

O quadro abaixo resume as informações financeiras das controladas na Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Controladas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Cabeço Vermelho S.A	62.062	176.973	113.624	63.349	21.725	5.770
Cabeço Vermelho II S.A	34.888	101.244	68.941	32.303	14.560	989
Pedra Rajada S.A	44.470	143.371	99.166	44.205	18.249	(3.883)
Pedra Rajada II S.A	45.120	131.851	88.341	43.510	17.401	(4.772)

11 Direito de uso e Arrendamento

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. Desde 1º de janeiro de 2019 a Companhia e suas controladas reconhecem esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

Consolidado	2020			Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	<u>10.597</u>	<u>2.391</u>	<u>(410)</u>	<u>12.578</u>
Total do ativo	<u>10.597</u>	<u>2.391</u>	<u>(410)</u>	<u>12.578</u>

Consolidado	2019			
	Valor líquido em 01/01/2019	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	-	10.778	(181)	10.597
Total do ativo	-	10.778	(181)	10.597

Composição dos saldos de arrendamentos:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	8.293	5.952
Total	8.293	5.952
Circulante	78	26
Não circulante	8.215	5.926

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

Consolidado	2020				
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2020
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	5.952	2.391	(654)	604	8.293
Total	5.952	2.391	(654)	604	8.293

Consolidado	2019				
	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial (*)	Pagamentos de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2019
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	-	5.974	(628)	606	5.952
Total	-	5.974	(628)	606	5.952

(*) No momento do reconhecimento inicial as controladas reconheceram R\$ 5.974 referente ao valor presente das contraprestações de arrendamento e R\$ 4.804, referente ao custo com desmobilização do parque arrendado

12 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do Consolidado estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2020			31/12/2019
	Vida útil	Custo	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	5.008	-	42
Máquinas e equipamentos	15-35 anos	518.376	(68.313)	471.657
Benfeitorias	30 anos	1.215	(138)	1.117
Móveis e utensílios	16 anos	57	(12)	49
Total		524.656	(68.463)	456.193

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2020			Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	
Imobilizado em andamento	42	4.966	-	5.008
Máquinas e equipamentos	471.657	33	(21.627)	450.063
Benfeitorias	1.117	-	(40)	1.077
Móveis e utensílios	49	-	(4)	45
Total	472.865	4.999	(21.671)	456.193

	2019					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em andamento	-	402	(360)	-	-	42
Máquinas e Equipamentos	492.901	1	360	-	(21.605)	471.657
Benfeitorias	1.176	-	-	(17)	(42)	1.117
Móveis e utensílios	53	-	-	-	(4)	49
Total	494.130	403	-	(17)	(21.651)	472.865

Os ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 14.

13 Fornecedores

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços (a)	10	12	1.350	1.544
Provisões (b)	11	-	4.337	2.237
Fornecedores partes relacionadas (c)			565	629
Seguros	-	-	567	-
Outros	3	-	540	-
Total	4	12	7.359	4.410

- (a) Refere-se a obrigações de manutenção do parque eólico.
(b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a companhia e suas controladas ainda não receberam as referidas faturas.
(c) Conforme nota explicativa nº 22

14 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	Consolidado	
			31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos BNB	2,11% a.a. + IPCA	Nov/2037	340.873	332.547
Total			340.873	332.547
Circulante			12.524	30.729
Não circulante			328.349	301.818

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>309.599</u>
Captação de financiamentos	33.827
Juros incorporados a dívida	14.932
Custo de captação	(3.580)
Custo de captação incorrido	377
Juros pagos	(16.521)
Amortização do principal	<u>(6.087)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>332.547</u>
Juros incorporados a dívida	20.704
Custo de captação incorrido	317

Juros pagos	(8.490)
Amortização do principal	<u>(4.205)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>340.873</u></u>

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	<u>2020</u>
2022	13.924
2023	14.198
2024	14.736
2025	15.608
2026 a 2037	<u>269.883</u>
Total	<u><u>328.349</u></u>

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas, abaixo algumas das respectivas cláusulas:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, Conta Reserva do serviço da dívida.
- (b) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB.
- (c) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (d) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (e) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

15 Provisão para desmobilização

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Provisão registrada durante o ano	4.804
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.804
Ajuste a valor presente	1.036
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.840

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque eólico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2054.

No ano exercício de 2019, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 50.678, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,64% reconheceu o valor presente de R\$ 4.804 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.652 (R\$ 2.513 em 31 de dezembro de 2019).

As Controladas da Companhia que exercem atividade de geração, apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A Controladora apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e em 31/12/2020, apresentava prejuízo fiscal. Desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

	Controladora	
	31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.189	2.189
Receitas / despesas não dedutíveis	(2.248)	(2.248)
Prejuízo fiscal	(3)	(3)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real	-	-
	Controladora	

	31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.549)	(1.549)
Receitas / despesas não dedutíveis	1.897	1.897
Prejuízo fiscal	348	348
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real	68	31

	Consolidado	
	31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	77.136	77.136
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	6.171	9.256
Demais receitas	883	883
(-) Desconto adicional 10%	(240)	-
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.739	913

	Consolidado	
	31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	74.769	74.769
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	5.982	8.972
Demais receitas	588	973
(-) Desconto adicional 10%	(240)	-
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.618	895

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito, autorizado e integralizado é de R\$ 199.901 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 203.901 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 182.784.566 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2020 houve redução de capital social no montante de R\$ 4.000 (95.759 em 31 de dezembro de 2019).

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de energia elétrica (a)	77.136	74.769
- PIS	(501)	(556)
- COFINS	(2.311)	(2.278)
Deduções da receita	(2.812)	(2.834)
Receita operacional líquida	74.324	71.935

(a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria.

	Consolidado	
	2020	2019
CCEAR (a)	73.920	73.974
ACL (b)	714	21
MCP CCEE (c)	1.739	621
SWAP (d)	763	153
Total	77.136	74.769

(a) Contrato de Comercialização de energia elétrica no ambiente regulado

(b) Ambiente de contratação livre

(c) Mercado de curto prazo – CCEE

(d) Transação de compra e venda de energia

19 Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação	(21.671)	(21.651)
Amortização de direito de uso	(410)	(181)
Custos compartilhados (i)	(1.674)	(2.122)
Engenharia e gestão de processos O&M	(4.754)	(1.694)
Encargos de conexão e transmissão	(5.111)	(5.291)
Compra de energia	(2.530)	(824)
Serviços de terceiros	(996)	(1.191)
Taxas e alvarás diversos	(453)	(610)
Outros	(645)	(1.832)
Total	(38.244)	(35.396)

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos e referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A. aos quais são reembolsados pela Companhia.

20 Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas compartilhadas (i)	-	-	(2.626)	(1.775)
Serviços de terceiros	(10)	-	(272)	(321)
Legais, judiciais e publicações	-	(12)	(244)	(1.705)
Despesas com Cartório	(1)	-	(278)	-
Impostos e Taxas	-	-	(514)	-
Gastos diversos	-	-	(185)	-
Total despesas gerais e administrativas	(11)	(12)	(4.109)	(3.801)
Outras receitas operacionais				
Estorno de provisões contas a pagar	-	366	-	4.696
Créditos tributários extemporâneos (ii)	-	-	2.593	-
Indenização de seguros	-	-	613	-
Total outras receitas operacionais	-	366	3.206	4.696
Outras despesas operacionais				
Débitos tributários extemporâneos (ii)	-	-	-	(11.650)
Total outras despesas operacionais	-	-	3.206	(11.650)

- (i) Os saldos de compartilhamento de despesas referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia

- Participações S.A. aos quais são reembolsados pelas controladas, conforme nota explicativa nº22.
(ii) Referente a créditos e débitos fiscais extemporâneos levantado pela Companhia

21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1	5	483	613
Receitas financeiras	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>483</u>	<u>613</u>
Juros sobre financiamentos	-	-	(20.704)	(14.931)
Juros sobre provisão para desmobilização	-	-	(1.036)	-
Despesa captação de financiamentos	-	-	(317)	(377)
Fianças e comissões bancárias	-	-	(7.829)	(9.262)
Juros sobre arrendamento	-	-	(604)	(606)
Outras despesas financeiras	-	-	(329)	(356)
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>(30.819)</u>	<u>(25.532)</u>

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Passivo</u>		
Echoenergia Participações S.A. (i)	565	629
Total	<u>565</u>	<u>629</u>
<u>Resultado</u>		
Compartilhamento de custos (i)	(1.674)	(2.122)
Compartilhamento de despesas (i)	(2.626)	(1.775)
Total	<u>(4.300)</u>	<u>(3.897)</u>

- (i) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada a Companhia e suas controladas. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2021. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos Financeiros

	Nota	Controladora		Controladora	
		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	6.a	45	-	150	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	24	-	12	-
	Nota	Consolidado		Consolidado	
		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	6.656	-	155	-
Aplicações financeiras	6.a	-	21.903	-	16.603
Fundos vinculados	6.b	-	13.379	-	13.150
Contas a receber	7	26.638	-	18.625	-
Depósitos judiciais	25	10.050	-	10.050	-

Passivos financeiros

Fornecedores	13	7.359	-	4.410	-
Financiamentos	14	340.873	-	332.547	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (*)	Controladora			
			31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Bancos	6.a	Nível 2	45	45	150	150
Fornecedores	13	Nível 2	24	21	12	12
Total			69	66	162	162

	Nota	Nível (*)	Consolidado			
			31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos	6.a	Nível 2	6.656	6.656	155	155
Aplicações financeiras	6.a	Nível 2	21.903	21.903	16.603	16.603
Contas a receber	7	Nível 2	26.638	26.638	18.625	18.625
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	13.379	13.379	13.150	13.150
Depósitos judiciais	25	Nível 2	10.050	10.050	10.050	10.050
Fornecedores	13	Nível 2	7.359	7.359	4.410	4.410
Financiamentos	14	Nível 2	340.873	340.873	332.547	332.547
Total			426.858	426.858	394.911	394.911

- (a) A Administração da Companhia e de suas controladas entendem que o valor de mercado de seus financiamentos são similares ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2020.

(*) A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

24 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia e de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	45	150	28.559	16.758
Fundos vinculados	6.a	-	-	13.379	13.150
Contas a receber	7	-	-	26.638	18.625
Total das transações no resultado		45	150	68.576	48.533

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2020 Controladora	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	24	24	-	-	-
Total	24	24	-	-	-

31/12/2020 Consolidado	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.359	7.359	-	-	-
Financiamentos	340.873	30.546	60.540	88.857	333.587
Total	348.232	37.905	60.540	88.857	333.587

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2020	Cenário provável 31/12/2021	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA	4,23%	3,30%	(0,93) p.p	(1,16) p.p	(1,40) p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	2,76%	3,37%	0,61 p.p	0,76 p.p	0,92 p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos (a)	IPCA	340.873	11.249	14.061	16.873
Total		340.873	11.249	14.061	16.873

Risco de redução (ativo)		31/12/2020	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
	Índice				
Aplicações financeiras e fundos vinculados (b)	CDI	35.282	1.189	1.486	1.784

(a) Índice de Preço ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

25 Contingências

Em e 31 de dezembro de 2020, conforme a assessoria jurídica da Companhia e de suas controladas, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais, classificados como prováveis. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis (a)	15.983	10.851
Tributário (b)	266	1.430
Total	16.249	12.281

(a) A Companhia possui ações de caráter cíveis, as quais estão detalhadas abaixo:

Ação envolvendo discussão sobre valores supostamente devidos pela Companhia, à Ecocil – Empresa de Construções Cíveis Ltda., uma subcontratada da TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., contratada para a construção do Projeto. – R\$ 15.961 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 10.851 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia efetuou depósito judicial no montante de R\$ 10.050
A Companhia também possui ação envolvendo danos causados no imóvel arrendamento no valor de R\$ 21 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019).

(b) A Companhia possui ações de caráter tributário, as quais estão detalhadas abaixo:

Processos referem-se a ISS arbitrados pela prefeitura e atualmente em discussão, no valor total de R\$ 266 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.430 em 31 de dezembro de 2019).

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2021	2022	2023	2024	2025 a 2037
(CUST / CCT) (a)	10.575	10.575	10.575	10.575	137.475
Contratos de (O&M) (b)	5.032	6.933	8.409	9.528	123.864
Total	15.607	17.508	18.984	20.103	261.339

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2020 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021 (julho/20 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2021 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2019/2020.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.